



[Home](#) | [Clínicas e hospitais](#) | [Formulário de intenções](#) | [Sobre nós](#) | [Como participar?](#) | [Interatividade](#) | [Recursos e links](#) | [Notícias e eventos](#)

declaração sobre o aborto

Enviado para Ministro da saúde Humberto Costa

Nós como profissionais de saúde cristãos, cremos que a vida humana é um dom de Deus e que é sagrada porque sustenta a imagem de Deus. A vida humana vale a pena porque Deus morreu para redimir a todos e todas, e tem significado porque Deus tem propósito eterno para os seres humanos.

Nós nos opomos a qualquer intervenção ativa que tenha intenção de produzir morte de uns para alívio de dor, sofrimento ou motivos sócio econômicos de outros(as).

Os proponentes de aborto advogam compaixão e autonomia humana radical. Existem persuasivos contra-argumentos baseados em argumentos tradicionais milenares de bioética das profissões da área de saúde sobre os efeitos adversos de uma política pública deste tipo. Ainda mais contra estes argumentos seculares temos o ponto de vista bíblico cristão de que a soberania de Deus coloca um limite na autonomia humana.

A fim de afirmar a dignidade da vida humana nós defendemos o desenvolvimento de alternativas de alívio da dor e sofrimento das vítimas de violência sexual ou de quaisquer tipos, prover acompanhamento humano durante o sofrimento e oportunidade de capelania espiritual e suporte.

Embora saibamos que a questão do aborto não é um problema novo e reconheçamos o direito individual de responderem perante Deus e suas consciências, nós afirmamos a autoridade final da palavra de Deus que declara sobre a santidade da vida e cremos na santidade da vida dos fetos e embriões feitos a imagem e semelhança de Deus. Comparamos o descarte de fetos ao descarte de crianças órfãs ou abandonadas que sem o direito de resposta ou defesa são violentadas.

O fato de embriões ainda não serem reconhecidos como pessoas jurídicas vivas, já o são em nossas consciências éticas.

O aborto legalizado nestes termos propostos por este governo pode institucionalizar o aborto ilegal neste país.

Muitos pacientes usuários de drogas frequentemente escondem seus hábitos com medo de retaliações judiciais. Outros pacientes também o farão em outras áreas. Seria quase o mesmo se fizéssemos execuções em massa de pessoas sem uma autorização judicial. Como diferenciar as vítimas de todas as formas de violência que adentram uma emergência médica?

Segundo o atual Código de Ética Médica, no entanto, o profissional da saúde pode alegar objeção de consciência e não realizar a interrupção da gravidez.

Além disso conforme disse o presidente do Supremo (Supremo Tribunal Federal), ministro Nelson Jobim, disse que não estão livres de processo criminal os médicos que seguirem a recomendação do Ministério da Saúde de fazer aborto na rede pública em mulheres que alegarem ter engravidado após estupro, mas não apresentarem boletim de ocorrência sobre a violência sexual.

Repudiamos a decisão do Ministério da Saúde de abolir o Boletim de Ocorrência (BO) como pré-requisito para interrupção da gravidez resultante de estupro com forma de pressionar a classe médica a realizar atos contra a sua consciência por causa de uma pressão de grupos mobilizados e lobbies em favor de autonomia completa do ser humano. A pressuposição de que uma mulher não mentiria foge ao nosso escopo profissional.

Todo tipo de violência deveria ser registrada por rotina em todos os hospitais. Toda lesão deveria ser passível de ser acompanhada por exame médico legal.

Devemos aumentar as pesquisas na área de reprodução humana e sexualidade, respeitados os limites da ética e moral.

Por isso, como médicos cristãos, nós nos opomos a prática do aborto legalizado e conclamamos para um desenvolvimento urgente de alternativas cientificamente comprovadas na atualidade para o tratamento de vítimas da violência ao mesmo tempo em que conclamamos nossa nação a lutar contra a violência.

Dr. Wilson Bonfim

Presidente Nacional de Médicos de Cristo.

2-para o médico Isac Jorge Filho, presidente do Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo), a não-exigência do boletim de ocorrência para a realização do aborto legal após estupro pode aumentar o número de abortos ilegais. Para ele, a norma representa um sério risco à saúde pública.

"Os médicos não têm como investigar se a mulher está ou não falando a verdade. Isso é uma coisa muito séria. Pode levar os hospitais a se transformar em uma indústria de abortos." Segundo ele, o Cremesp vai aguardar a publicação da norma, avaliar o conteúdo e, se não houver a exigência do BO, vai convocar os conselheiros para uma manifestação oficial sobre o assunto.